"COMO QUE UMA COVID LONGA", O EFEITO PROLONGADO DA PANDEMIA SOBRE FEIRAS LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE CAMPONESA[1] EM PORTEIRINHA-MG

Fábio Dias dos Santos
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ernandes Dayer Lopes de Barros Moreira Campos

RESUMO

Este estudo analisou os impactos da Pandemia da COVID-19 sobre os espaços de feiras livres do município de Porteirinha-MG tendo em vista que esses mercados locais tiveram suas atividades suspensas por períodos prolongados por gestores municipais a fim de conter o vírus. Esse quadro é agravado dramaticamente pelo desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar intensificado na gestão Bolsonaro e, mais ainda, pelo negacionismo que imperou no governo, de inação na coordenação de medidas de enfrentamento da pandemia. As informações tratadas neste artigo são resultado de um denso trabalho de campo realizado entre os anos de 2019 e 2023, por meio da observação direta aos espaços de feiras, entrevistas com consumidores, famílias agricultoras feirantes, além de diálogos com gestores públicos e de organizações da sociedade civil buscando compreender de que maneira a pandemia afetou o dia a dia das/os agricultoras/es que tinham nos espaços de feiras livres sua principal fonte de renda. O estudo evidencia que o negacionismo do governo federal em relação à pandemia da COVID-19 contribuiu para uma desorientação dos gestores locais, a exemplo do caso de Porteirinha, que se viram sozinhos na tomada de decisões com vistas à segurança sanitária, dentre elas, aquelas que afetaram negativamente o funcionamento das feiras livres que passaram a amargar as consequências da suspensão prolongada de suas atividades, como: o baixo número de frequentadores e a formação de novos hábitos de consumo na população.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras livres; Agricultura familiar de base camponesa; Pandemia da COVID-19.

"LIKE A LONG COVID", THE PROLONGED EFFECT OF THE [OF COVID19] PANDEMIC ON THE STREET MARKET OF FAMILY-BASED AGRICULTURE IN PORTEIRINHA-MG

ABSTRACT

This study analyzed the impacts of the COVID-19 pandemic on the street markets in the municipality of Porteirinha-MG. These local markets had their activities suspended for extended periods of time by municipal managers in order to contain the virus. This scenario was dramatically aggravated by the dismantling of policies that supported family-based agriculture, which intensified during the Bolsonaro administration, and, even more, by the denialism that prevailed in Bolsonaro's government, resulting in inaction in the coordination of measures to face the pandemic. The information dealt with in this article is the result of dense field work carried out between 2018 and 2023, through direct observation of the spaces the street markets occupies, interviews with consumers and agricultural families that sell in these markets, as well as talking with public managers and organizations from the civil society, seeking to understand how the pandemic affected the daily lives of farmers who had as their main source of income the street markets. This study shows that the federal government's denialism of the COVID-19 pandemic contributed to the disorientation of local managers, who found themselves alone in making decisions about the city's health, including decisions that negatively affected people who depended on the functioning of the street markets.

[1] Neste estudo, adotamos o termo agricultura familiar de base camponesa referendado, especialmente, nas contribuições teóricas de Sabourin (2009; 2017), Ploeg (2006) e Souza (2013), esta, em pesquisa sobre a agricultura camponesa no mesmo território do estudo. Utilizamos o termo por entender ser aquele que melhor designa a maioria dos agricultores presentes nessa região, que apresentam em maior ou menor grau as seguintes características apontadas pelos atores citados: dependência de recursos naturais escassos; vocação produtiva para inserção em mercados diversificados assumindo algum grau de autonomia; prioridade orientada para atividades voltadas aos recursos de garantia da reprodução familiar; centralidade do trabalho familiar e pluriatividade e, finalmente, a cooperação interfamiliar e demais interações comunitárias pautadas em princípios da reciprocidade.

These agricultural families began to suffer the consequences of the prolonged suspension of their activities, such as the low number of customers and the consolidation of new buying habits in the population.

Keywords: Street market; Family-based agriculture; COVID-19 pandemic.

Introdução

A Pandemia do vírus da SARS-CoV-2 afetou a todos, mas de maneira muito particular aos diferentes setores e classes sociais mais vulneráveis mundo afora. O relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a COVID-19 apontou o segmento dos pequenos agricultores, ou agricultura de base camponesa, como o grupo social mais afetado pelas medidas de contingenciamento do vírus, sobretudo, com as medidas de fechamento dos mercados alimentares tradicionais (FAO, 2020). E o caso brasileiro se mostrou ainda mais preocupante, após voltar para o mapa da fome em 2018, o contexto macroeconômico e político em que a pandemia invadiu o país foi bastante desfavorável ao encontrar as estruturas de proteção social e de segurança alimentar bastante fragilizadas ou flagrantemente desmontadas. Tudo isso fruto da inoperância estatal, ou como alguns especialistas e organizações da sociedade civil afirmam, resultado de uma ação governamental deliberada pelo enfraquecimento e desmonte das políticas públicas sociais e de segurança alimentar, iniciado no pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e intensificado na gestão Bolsonaro. Esse quadro foi agravado dramaticamente pelo o negacionismo que imperou no referido governo, marcadamente pela inação e falta de coordenação federal de medidas que poderiam contribuir para o enfrentamento da pandemia também no plano local.

O presente estudo buscou analisar os impactos da Pandemia da COVID-19 sobre os espaços de feiras livres do município de Porteirinha e na vida das agricultoras e agricultores feirantes tendo em vista que esses mercados locais foram um dos primeiros a terem suas atividades suspensas por gestores municipais com o objetivo de conter a contaminação pelo vírus.

Seguramente, essa postura afetou negativamente diversas áreas da sociedade, sobretudo, a saúde da população brasileira, conforme atesta o Relatório Final da CPI da Pandemia (BRASIL, 2021), além de outros setores, como apontamos aqui, o funcionamento das feiras livres em um contexto já consolidado de inexistência de políticas coordenadas para o segmento da agricultura de base familiar camponesa. Como consequência da desorientação estatal em nível federal, os gestores locais, a exemplo do caso de Porteirinha, se viram sozinhos na tomada de decisões sobre que medidas tomar com vistas à segurança sanitária para enfrentamento do vírus.

As informações tratadas neste artigo é parte de uma pesquisa mais ampla de doutoramento, e são resultados de um denso trabalho de campo realizado entre os anos de 2019 e 2023, por meio de visitas ao município de estudo, realização de entrevistas com consumidores, agricultoras e agricultores feirantes, além de diálogos com gestores públicos e membros de organizações da sociedade civil buscando compreender de que maneira a pandemia afetou o dia a dia desses atores sociais, que tinham nos espaços de feiras livres sua principal fonte de renda, bem como as estratégias construídas para a convivência com o quadro prolongado de restrições ao funcionamento dos espaços de feiras.

Finalmente, o estudo evidencia a luz dos dados empíricos coletados por meio da escuta às agricultoras e agricultores feirantes, gestores municipais e membros da sociedade civil, além dos registros fotográficos realizados nos períodos pré-pandemia e pós picos da contaminação pelo vírus, um forte e prolongado impacto da pandemia da COVID-19 sobre os espaços de feiras do município de Porteirinha. O quadro de esvaziamento do público das feiras livres no município expressa um cenário de fragilização das praças de mercados de feiras livres e apresenta um cenário de risco ao futuro desses mercados alimentares históricos na região.

Percurso metodológico e a pesquisa em contexto de pandemia

Cabe destacar que a presente pesquisa constitui um recorte analítico de um estudo mais amplo de uma pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Desenvolvimento e Agricultura - CPDA/UFRRJ, que aqui acolhe contribuições de integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias - NEPRA[2] vinculado ao Departamento de Geociências e ao Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. As informações aqui tratadas foram levantadas entre os anos de 2019 e 2023 por meio da realização de visitas ao município de Porteirinha para a realização de observações diretas aos espaços de feiras e a realização de entrevistas com atores sociais de interesse para a pesquisa. Todos estes atores com interações fortes com o tema das feiras livres no município, portanto, foram entrevistadas agricultoras e agricultores feirantes e gestores vinculados a órgãos públicos (secretarias municipais e outros).

Com a chegada da pandemia da COVID-19 ao Brasil no ano de 2020, houve, em Porteirinha, como em diversos municípios do país, o fechamento dos espaços de feiras. Naquele ano de 2020, outro fator limitador para uma ida a campo foram as eleições municipais. Nestes períodos eleitorais,

[2] Cabe destacar que este estudo tornou-se possível a partir do apoio às pesquisas do CNPq (doutorado) e da FAPEMIG, via NEPRA.

visitas aos espaços pesquisados para registro fotográfico e diálogos com agricultores feirantes e consumidores poderiam ser confundidas com movimentações políticas de algum dos candidatos locais.

Esse quadro obrigou a adoção de novas estratégias de levantamento de informações. Diante da necessidade de dar continuidade ao estudo e sem desconsiderar o contexto da pandemia, tornou-se imprescindível lançar mão do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a realização das entrevistas. Com efeito, acolhemos contribuições metodológicas de realização de pesquisa por meio de interações via plataformas virtuais (SCHMIDT *et al.* 2020), as quais tornaram-se um recurso metodológico indispensável por um período desse estudo. Entre os anos de 2020 e 2021, a maior parte das entrevistas foi executada por sistema remoto (ligações telefônicas, aplicativos de comunicação via internet – *WhatsApp, Google Meet* e outros).

No conjunto, tivemos 41 pessoas entrevistadas (entre essas ao menos 11 famílias de agricultores feirantes), de modo presencial e/ou a distância, identificadas nos quatro grupos de atores sociais de interesse da pesquisa descritos acima. Os levantamentos permitiram diálogos com agricultores de pelo menos 11 comunidades rurais do município de Porteirinha. As conversas com uma mesma família de agricultores feirantes ocorreram em diferentes momentos no decorrer do período da pesquisa para levantamentos, confirmação e/ou atualização de informações. Sendo que, com pelo menos cinco famílias, foram realizadas entrevistas em profundidade com visitas na propriedade rural com duração de mais de um dia. A proposta dessas visitas consistiu em acompanhar o dia a dia das famílias na unidade de produção e nos espaços de feiras livres. Cabe ressaltar que utilizamos neste artigo codinomes para as pessoas entrevistadas a fim de preservar suas identidades.

Quem são as agricultoras e agricultores feirantes pesquisados

Antes de darmos tratamento ao drama provocado pela pandemia ao funcionamento das feiras livres em Porteirinha, nesta seção buscamos destacar o papel transformador que os espaços de feiras livres acompanhados neste estudo, promoveu na história de vida das agricultoras e agricultores feirantes do município. Parte das famílias acompanhadas saíram da condição de extrema pobreza e insegurança alimentar para a condição de fartos produtores de alimentos e garantidores da segurança alimentar de suas famílias. Cabe ressaltar o papel fundamental de políticas de apoio à agricultura familiar, executadas nessa região do estudo a partir do ano de 2003, como instrumentos com contribuições na capacidade produtiva dessas famílias.

Em Porteirinha, identificamos pelo menos três espaços com ocorrência de feira livre, cada um com especificidades importantes a serem observadas: a) mercado municipal; b) feirinha da semana; e c) feirinha do sindicato. Até a data anterior à pandemia da COVID-19, esses três espaços de feiras acolhiam pouco mais de 300 famílias trabalhadoras, a grande maioria agricultores de base familiar camponesa. Apresentamos cada um destes espaços a seguir:

Mercado municipal – maior espaço de feira livre no município, até antes da pandemia foi registrado a existência de 230 famílias feirantes. Inaugurado no final da década de 1980 em substituição ao antigo mercado no centro da cidade, o mercado municipal de Porteirinha apresenta uma estrutura física bem conservada. O espaço tem funcionamento diário e oferta uma diversidade de produtos, de hortifrúti a refeições em restaurantes. O mercado é frequentado pela população em geral, mas também tem a característica de ser um espaço de visitação turística, sobretudo pela oferta de produtos tradicionais e comidas típicas da região: refeições à base de frango caipira; queijos artesanais e o requeijão moreno (estes dois últimos, produtos premiados em eventos nacionais e internacionais). O mercado está aberto ao público de domingo a domingo, e registra um maior volume de pessoas na sexta e sábado, principais dias de realização da feira.

Feirinha da Semana – O espaço está localizado na região central da cidade e é aberto ao público a semana inteira, de domingo a domingo. A Feirinha da Semana foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal (gestão: 2017-2020) para a retirada dos comerciantes ambulantes que ocupavam pontos diversos na região central da cidade e num antigo espaço de feira informal conhecido como feira do Panelão. A Feirinha foi inaugurada no ano de 2018, seu espaço foi dividido em duas áreas, uma para comerciantes de produtos variados (geralmente vendedores de produtos importados), e o espaço para feirantes da agricultura familiar nomeado “Feirinha da Semana”, ocupado apenas por bancas de agricultores que ofertam produtos da agricultura local. Antes da pandemia, a Feirinha contava com 25 famílias feirantes, mas, como veremos, atualmente, após a pandemia, o espaço conta com 15 bancas de famílias agricultoras feirantes.

Feirinha do Sindicato – A feira de produtos agroecológicos e orgânicos, conhecida como Feirinha do Sindicato, teve início no ano de 2018 a partir da mobilização entre os alunos de um curso de Formação em produção agroecológica e orgânica realizado pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas, campus Porteirinha. A feira guarda algumas especificidades em relação às outras do município, é bem menor, são apenas duas ou três bancas e envolve cinco famílias de agricultores feirantes. Outra especificidade da feira, além de ser um grupo que oferta apenas produtos orgânicos, é que as

vendas acontecem basicamente pelo sistema on-line, a partir de um grupo de WhatsApp que envolve agricultores e consumidores. Os clientes fazem os pedidos pelo WhatsApp e retiram no espaço físico da feira, às quintas-feiras, no Sindicato. O grupo está em processo de certificação orgânica para suas propriedades por uma OPAC[3].

Existe um consenso entre os estudiosos do tema feiras livres (GARCIA PARPET, 2021; ARAÚJO; RIBEIRO, 2018; PALMEIRA, 2014; HEREDIA, 1979), que as feiras constituem espaços privilegiados de interação social, além de exercer o papel de centros de abastecimento e de interconexão entre o campo e a cidade. Pelas características *sui generis* que esse tipo de mercado local apresenta, é possível trazer para as feiras livres de Porteirinha, sobretudo para o mercado municipal e a Feirinha da Semana, a noção do "efeito praça de mercado" utilizado por Garcia Parpet (2021, p.129), o mercado "faz a mercadoria". Em outras palavras, os produtos ofertados são os atrativos do público para as feiras.

E como ouvimos de um agricultor sobre as feiras antes da pandemia, "A feira também é lugar de ganhar dinheiro" (Entrevista com Agricultor Nassib, abril 2019). Os relatos apontam para um papel fundamental das feiras do município como espaços de extrema importância para a geração de renda das famílias agricultoras.

> Todo mundo chega com seus alimentos, todo mundo saí de tarde, vendeu a maior parte. Todo mundo sai satisfeito. E ele leva pra vender e comprar também. A economia movimenta através dali [da feira]. Aquilo é uma riqueza e eu fui descobrir foi tarde demais, se eu tivesse descoberto antes, eu estava bem (Entrevista com Agricultor Nassib, abril, 2019).

O mercado de Porteirinha, por exemplo, se tornou referência turística para a degustação de pratos típicos da região: "feijão tropeiro, frango caipira, (...) as frutas''. As pessoas levam visitantes de outras cidades para o mercado como espaço turístico, uma especificidade do mercado" (Entrevista com Samuel, Presidente da Associação Comercial de Porteirinha, julho 2019).

As entrevistas realizadas junto às agricultoras e agricultores feirantes permitiram ainda uma compreensão aprofundada das dinâmicas de vida de cada família e o papel que o trabalho nas feiras representa para a transformação em suas condições de existência, sustentabilidade econômica e segurança alimentar de cada família. A riqueza das trajetórias das famílias das agricultoras e agricultores feirantes evidenciam o papel das feiras livres na economia local, mas, antes de tudo, na transformação da condição de vida dessas famílias. Um elemento marcante na história da maior

[3] OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - a OPAC dos Sertões. A certificação por uma OPAC é compreendida como uma certificação via controle social, isto é, um agricultor monitora o outro na garantia de que a produção de todos agricultores e agricultoras do grupo siguam os preceitos da produção orgânica.

parte das famílias acompanhadas, foi como o trabalho na feira permitiu que agricultores e agricultoras feirantes abandonassem definitivamente condições de trabalho das migrações temporárias, muito comum na região, em plantações de cana de açúcar, em canaviais paulistas; ou na panha (colheita) do café, no Sul de Minas.

Também foi possível observar na trajetória de vida de algumas famílias de agricultores feirantes entrevistados, o papel fundamental de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar, como os programas federais de convivência com o semiárido, a exemplo do Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), a partir das cisternas de produção com os quintais produtivos[4]; projeto de hortas agroecológicas, o Horta PAIS; além das políticas de compras públicas (PAA e PNAE). Estas políticas foram fulcrais na transformação da vida das agricultoras e agricultores que encontraram em tais políticas a alavanca para iniciarem sua produção ou qualificarem o trabalho na unidade de produção e oportunizar ganhos produtivos com geração de excedentes para inserção nas feiras livres locais. Por sua vez, ao gerar sustentabilidade econômica das famílias, as feiras constituíram a porta de saída das condições de trabalho extenuantes que caracterizam o trabalho nas migrações temporárias, além das implicações que envolvem a distância dos familiares e das comunidades de origem.

A seguir, apresentamos alguns relatos de agricultoras e agricultores feirantes sobre o papel da feira em suas vidas:

> Tudo que nós temos hoje é tudo dali (da horta). Eu mesmo sonhava em ter um carro (...). Hoje graças a Deus nós temos um carro, temos uma moto. Hoje dá pra levar as mercadorias de uma vez, antes tinha que dar duas viagens para levar as coisas todas (Entrevista com Tereza, agricultora feirante da feirinha da Semana, junho de 2022).
>
> (...) Talvez alguém pense assim: 'e dá para sobreviver daqui?' Ali [a feirinha] é o lugar pra sobreviver daqui, da terra, sem precisar sair, ali é o lugar. (...) Tudo que eu produzo aqui, até os ovos da galinha, ali é o ponto de comercializar, o lugar referência nosso é lá (Entrevista com Justino, agricultor feirante da feirinha da Semana, junho de 2022).
>
> Tem muita gente que passa no mercado, olha pra gente e fala: 'olha o coitado'. Acha que porque a gente está ali, a gente é pobre. (...) Eu também pensava assim [em relação a feira], quando eu via uma pessoa vendendo coisas da roça no mercado, eu dizia: 'oh coitado'. Eu achava que cortar cana era bom, sendo que o cara [o feirante] estava vivendo sossegado, comendo, bebendo, vestindo, tomando remédio, vivendo independente, o dia que quiser sair, sai. Vai na cidade fazer um lanche, passear. Foi aí que eu descobri: 'o mercado é uma fonte de riqueza, ali corre um dinheiro sem comparação' (Entrevista com Agricultor Nassib, Dezembro, 2021).

[4] Para acessar mais informações sobre políticas de convivência com o semiárido ver: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/o-programa-um-milhao-de-cisternas-uma-analise-a-partir-do-semiarido-norte-mineiro.

Embora não seja foco deste estudo, outro aspecto relevante a ser observado no nível local tem relação com os efeitos da pandemia sobre homens e mulheres. Em estudo realizado por Pimenta *et al.* (2021), ao relacionar gênero e os efeitos da COVID-19, foi evidenciado que as mulheres são mais impactadas pela pandemia. Na análise dos dados do IBGE-PNAD Continua (2020), o estudo observou que, no 4° trimestre de 2020, a taxa de desocupação por sexo foi de 11,9% para os homens e 16,4% para as mulheres. Esse dado é relevante para a nossa pesquisa uma vez que as mulheres são preponderantes nas experiências de feira livre em Porteirinha, sobretudo, na Feirinha da Semana, onde são elas que respondem por mais de 90% das bancas. Eventos que afetem as feiras livres, que impliquem na redução de seu grau de importância ou que levem-nas ao seu fechamento, estarão atingindo, certamente, mais diretamente esse grupo social.

Pela condição de vulnerabilidade em que os grupos que dependem das feiras livres estão inseridos, as medidas voltadas ao controle do contágio pela COVID-19, por meio da suspensão de atividades como as feiras livres, comércios de rua, mercados alimentares tradicionais, além de mobilizarem questionamentos em torno das controvérsias de tal decisão, impactou fortemente o trabalho, a renda e, consequentemente, a segurança alimentar das famílias que dependem desse espaço de mercado, seja para a garantia de renda ou para o acesso a alimentos a preços mais baixos (Rede PENSSAN, 2021; FAO, 2020).

Localizando a região do estudo

Para os propósitos desta pesquisa, buscamos analisar o município de Porteirinha, foco do estudo, tendo como referência diferentes bases de dados que tratam a região geográfica em que o município está inserido, a saber: a região é compreendida como Semiárido Mineiro e abrange 209 municípios (mesorregiões Norte e Jequitinhonha). Portanto, Porteirinha está localizada na mesorregião do Norte de Minas, mais especificamente no Território da Cidadania da Serra Geral.

Aqui é importante apresentar a decisão em trabalhar com as definições territoriais do Semiárido Mineiro e do Território da Cidadania da Serra Geral. O histórico do município é marcado por processos de ocupação que envolvem deslocamentos populacionais que partem da margem direita do Rio São Francisco até o pé da Serra Geral, como é conhecida localmente a porção da Serra do Espinhaço que passa por essa região. Por sua vez, a condição de área de incidência de semiárido para os municípios envolvidos permite o acesso a um conjunto de ações estatais, sobretudo por parte do governo federal, para o "enfrentamento"/convivência com as adversidades do clima semiárido. Como é possível observar no mapa a seguir, a definição da área do semiárido mineiro

aumentou em mais de cinco vezes o quantitativo de municípios inicialmente caracterizados em um período de 15 anos, saindo de 40 municípios no ano de 2005, para 209 municípios até o ano de 2021.

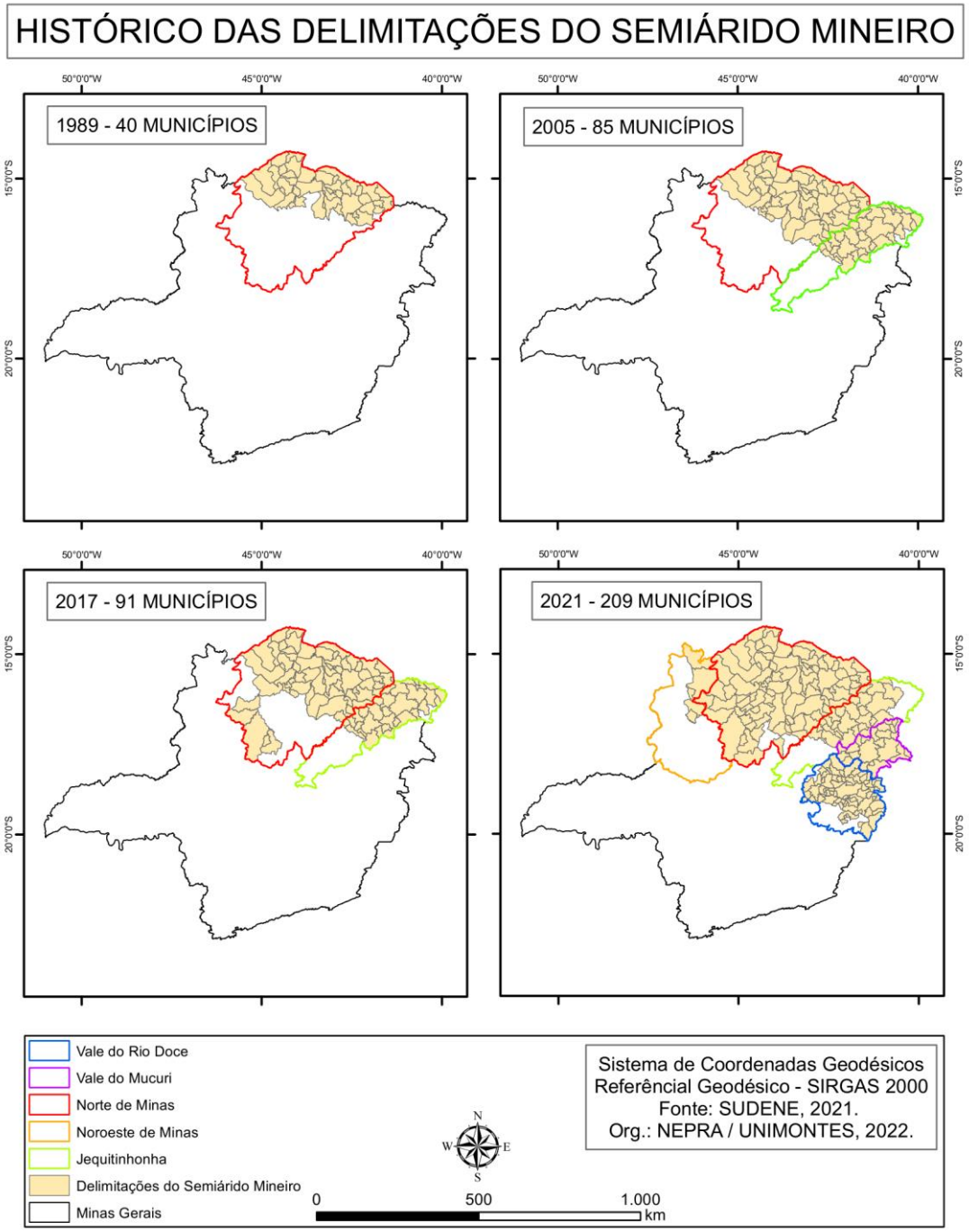


Figura 01 – Evolução da área de abrangência do Semiárido Mineiro

Fonte: NEPRA/UNIMONTES (2023).

Por sua vez, a mesorregião do norte de Minas Gerais possui uma área de 120.701 km^2 que corresponde a 20,7% do território do estado, sendo composto por 89 municípios. O "Relatório

Propositivo" do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas - FDSM[5], publicado no segundo trimestre do ano de 2020, confirma as preocupações do coletivo de organizações que compõem o Fórum com a redução das ações estatais no âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de segurança alimentar nesta região, sobretudo pela presença de significativos grupos sociais aos quais a inexistência ou inconstância dessas políticas pode contribuir para o recrudescimento de processos históricos de vulnerabilização das famílias camponesas e comunidades tradicionais locais. No Norte de Minas, 85% dos estabelecimentos da agropecuária são de agricultores familiares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A região tem 97 assentamentos rurais da reforma agrária, onde vivem 5.546 famílias[6], onde também habitam duas etnias de povos indígenas (Xacriabá e Tuxá), pouco mais de 20% (218) das comunidades quilombolas identificadas no estado, além das comunidades tradicionais caatingueiras, geraizeiras, pesqueiras, vazanteiras, veredeiras e apanhadoras de flores - Norte de Minas e região de Diamantina (DAYRELL, 2019).

Outro aspecto destacado no relatório do Fórum DSNM, e confirmado no levantamento da história de vida das famílias pesquisadas, constitui a ocorrência nesta região de migrações sazonais para o trabalho temporário em lavouras do Alto Paranaíba, Noroeste e Sul de Minas, além de São Paulo. Além disso, como aponta o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2019), são muitos os casos nesta região de trabalhadores expostos a trabalhos análogos a escravidão, o que colocou o estado de Minas Gerais no topo da lista de estados com maior número de vítimas do trabalho escravo[7]. Não obstante, a saída para o trabalho temporário fora da terra natal nem sempre é a saída para se estar livre da situação de trabalho em condições degradantes e ou análogas ao trabalho escravo. Como bem relatou De Paula *et al.* (2019), o STTR de Porteirinha já teve de fretar um ônibus para resgatar trabalhadores rurais que estavam condicionados a tais modos de trabalho em plantações de cana de açúcar no estado de São Paulo.

Os dados do CadÚnico (2016), confirmam o grau de vulnerabilidade das famílias nessa região do estado: no ano de 2016, o cadastro apontava 358.516 mil famílias vivendo em situação de vulnerabilidade no Norte de Minas. Ainda segundo essa fonte, no estado de Minas Gerais, 40% das

[5] O Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas constitui um espaço colegiado que reúne dezenas de entidades da sociedade civil, pastorais da igreja católica, movimentos sociais e instituições de ensino superior para debate da questão agrária, ambiental, social e políticas de desenvolvimento rural no Norte de Minas. O referido documento propositivo intitulado "Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Crise Desencadeada pela COVID-19" foi assinado por dezoito organizações presentes na reunião do Fórum, em março de 2020.

[6] INCRA- MG: relatório DTI/SIPRA (2018).

[7] De acordo com os dados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2019), Minas Gerais segue sendo o estado com maior número de vítimas do trabalho escravo. Disponível em: https://sit.trabalho.gov.br/radar/

famílias em situação de pobreza extrema, inscritas no CadÚnico (2016), vivem em áreas rurais do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

E no território da Serra Geral, uma região histórica de expressão das características da condição semiárida do Norte de Minas, os municípios do Território que estão localizados na encosta ou sopé da Serra Geral, possuem vegetação típica de caatinga e com as menores taxas pluviométricas da mesorregião norte de Minas, em torno de 700 milímetros, com chuvas concentradas entre novembro e março. Exatamente pela existência de famílias em condições de vulnerabilidade social, é que no ano de 2003 foi definido na região o Território da Serra Geral, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), e, a partir de 2008, passou a integrar o Programa Território da Cidadania – PTC. O território é constituído por 16 municípios, a saber: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Verdelândia, Matias Cardoso, Manga, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas.

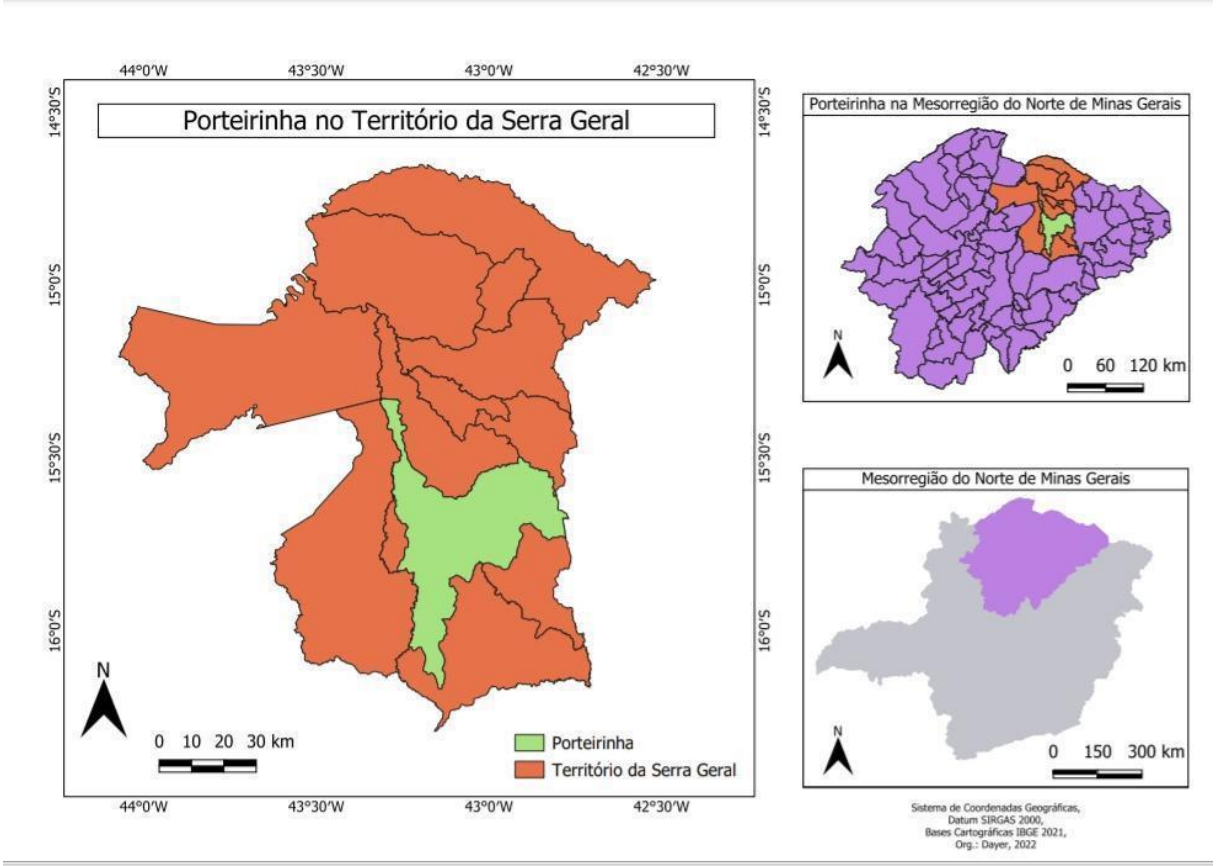


Figura 02 – Mapa de localização do município de Porteirinha no Território da Serra Geral

Fonte: Organizado pelos autores (2022).

Entre o Censo Demográfico de 2000 e de 2010, a população rural reduziu de 42% para 37% na região. Ainda assim, o contingente rural da Serra Geral é mais expressivo do que a média brasileira (15,6%) e a estadual (14,78%). Em outras palavras, estamos tratando de uma região expressivamente rural, sobretudo, levando em consideração a definição de Veiga (2002) para municípios rurais, segundo a qual um município é considerado rural quando apresenta população inferior a 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab./km^2. Com exceção de Janaúba, todos os municípios do território da Serra Geral apresentam essa característica.

Numa leitura estrita do quadro agrícola atual, o Território da Serra Geral apresenta duas dinâmicas de produção: de um lado, grandes propriedades de agricultura empresarial/patronal, com extensas áreas de pasto para gado de corte e lavouras irrigadas destinadas à fruticultura e, mais recentemente, à produção de cana-de-açúcar para etanol, e, de outro lado, a produção de grãos, especialmente nos projetos de produção irrigada de Jaíba e Gorutuba (uma produção centrada nos mercados de grande escala: CEASAs, frigoríficos, mercado de biocombustíveis, mercado exportador).

Fruto de um histórico processo de concentração fundiária, o acesso à terra é outra questão que continua não resolvida nessa porção do estado. O município de Porteirinha está entre os municípios com maior quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar (2.556), e também entre aqueles municípios com maior número de estabelecimentos com menos de um hectare (ver mapa). A condição dos estabelecimentos rurais de famílias agricultoras entrevistadas neste estudo confirmam o cenário, nesse grupo, a mediana das propriedades é de até dois hectares apenas.

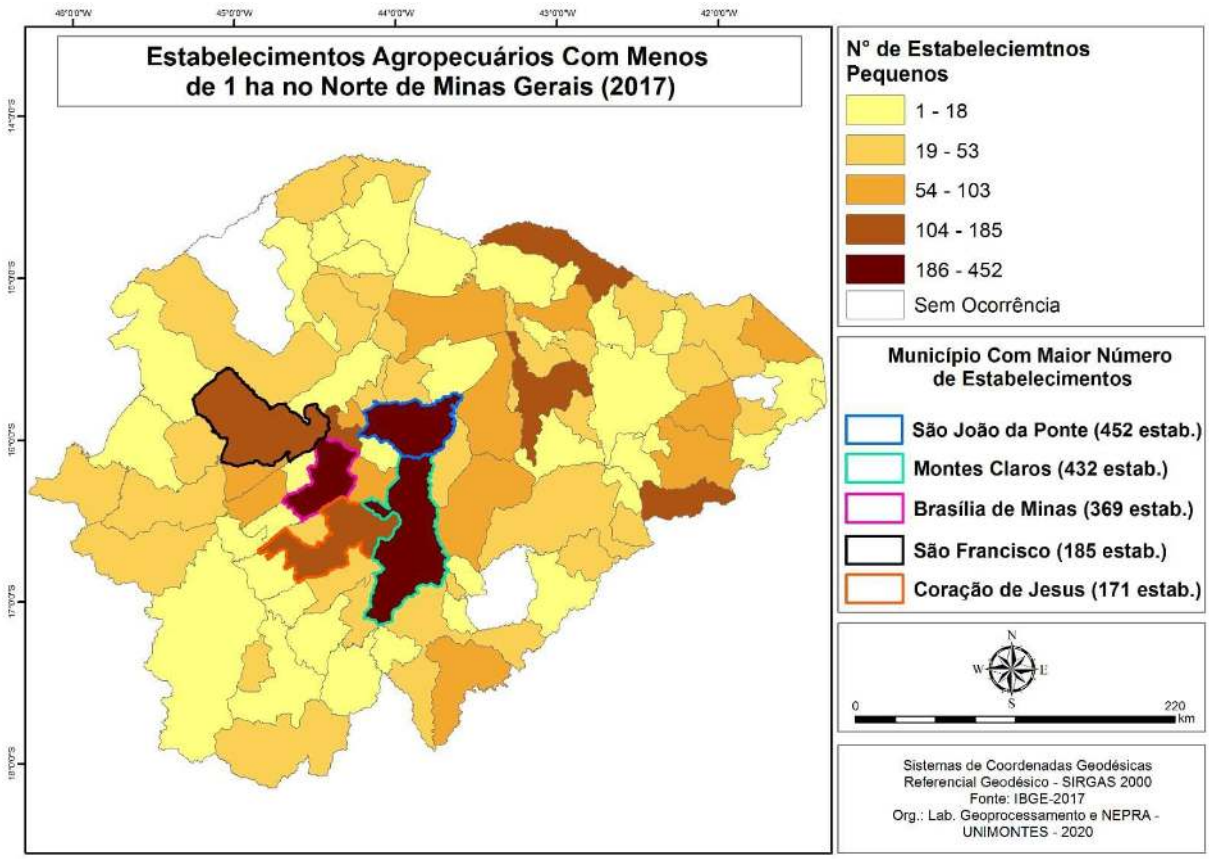


Figura 3 – Porteirinha apresenta um dos maiores números de estabelecimentos com menos de 1 ha.

Fonte: NEPRA/UNIMONTES (2020).

Ao mesmo tempo, quando observado o volume de produção nas feiras do município, é possível afirmar que apesar das adversidades climáticas nesta região do semiárido mineiro, as comunidades locais desenvolveram estratégias de convivência com os curtos períodos de chuva lançando mão de diferentes estratégias de manejo dos recursos naturais. Desses ambientes é que vêm uma diversidade de produtos negociados e intercambiados nas feiras livres. Tratam-se de diferentes variedades de feijões, milho, mandioca, cana de açúcar, além dos produtos beneficiados nas agroindústrias doméstica rural (cachaça, doces, rapadura, café, farinha de mandioca, goma, queijos, requeijão moreno e outros) que deram a tônica das feiras locais historicamente.

Experiências analisadas por um conjunto de estudos sobre esse segmento do rural brasileiro (FÓRUM DSNM, 2020; RIBEIRO et al., 2018; DAYRELL et al., 2016; GRISA; SCHNEIDER, 2015 e outras/os), apontam que a agricultura de base familiar camponesa, desde que seus direitos sociais sejam garantidos e políticas de fomento à produção e de segurança alimentar sejam retomadas, tem capacidade de contribuir de forma efetiva para a oferta de alimentos no abastecimento alimentar da sociedade em geral.

Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre as feiras livres de Porteirinha

No município de Porteirinha, ainda no início da pandemia, em 06 de abril de 2020, foi criado o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 que reuniu representantes da secretaria de saúde e de outras secretarias e órgãos da gestão municipal, além de representantes da segurança pública, do Hospital Santa Casa de Misericórdia e alguns representantes de entidades da sociedade civil (ver Decreto nº 1.423). Entre outras atribuições, o comitê delibera sobre o estabelecimento de medidas de segurança sanitária e o funcionamento das atividades comerciais no município.

No primeiro período de fechamento, as feiras livres em Porteirinha ficaram suspensas por aproximadamente três meses, entre março e maio de 2020, em atendimento aos decretos municipais: 1.409, de 18/03/2021, e o decreto 1.418, de 31/03/2021. A permissão para a reabertura veio no final do terceiro mês de fechamento, em 29 de maio do mesmo ano.

A decisão pela suspensão das feiras livres, apesar de ser uma decisão do comitê, não teve o apoio de todos os membros, é o que expressa a fala do Secretário de Agricultura do município – Gestão 2017/2020 – em relação às medidas de fechamento do mercado e a não consideração das feiras como espaços de serviço essenciais: “fui voto vencido”.

> Eu defendia as restrições, que era preciso, mas defendia que o mercado era uma área que não poderíamos fechar de forma nenhuma. Poderíamos organizar, mas nunca fechar, porque eu entendo que o risco existia muito mais no sacolão do que a pessoa ir ao mercado, uma área aberta. Isso foi muito controverso no nosso decreto. E nos debates com o pessoal da saúde, no comitê.
> (...)
> O produto que estava no mercado era essencial, o produto que estava nos sacolões era essencial, então era controverso. Eu questionava justamente isso. Se os produtos do sacolão são essenciais, os produtos que se vende no mercado também são essenciais (Entrevista com Secretário de Agricultura de Porteirinha – Gestão 2017/2020. Abril de 2021)

Em entrevista, a agricultora feirante, Maria, lembra a reação diante do fechamento do acesso às cidades vizinhas e fechamento do mercado municipal de Porteirinha.

> Olha, o dia em que falou que iria fechar a cidade, fechar o mercado. É assustador pra gente, né? Porque nós vivemos só disso, nosso meio de sobrevivência é a horta. De repente você não tinha onde vender. Passou mil coisas na cabeça da gente. As coisas acabaram perdendo, a gente via as coisas perderem, não teve jeito (Entrevista com a Agricultora feirante Maria, agosto de 2021).

A agricultora Tereza, que trabalha na Feirinha da Semana, também questionou a necessidade do fechamento do espaço da feirinha, argumentando que seria possível implantar um controle de entrada e saída das pessoas além de ser um espaço aberto.

> Não tinha necessidade nenhuma de fechar a feirinha, porque no início, na primeira onda da pandemia, fechou e o povo estava com medo, mas aí nós conversamos com o prefeito que colocasse uma pessoa, uns fiscais. A feirinha nossa, ela não dava de cem a duzentas pessoas no dia, não. A feirinha nossa era tranquila, os fregueses entravam, faziam suas compras

> rapidinho. Ela é livre, não tem aglomeração, nada disso (entrevista com Tereza, Agricultora, agosto de 2021).

Da parte dos agricultores feirantes, no período de feiras livres suspensas, as informações levantadas dão conta de que alguns agricultores feirantes buscaram formas de driblar as proibições de funcionamento das feiras e organizaram estratégias alternativas de comercializar seus produtos e não perder a produção. Os relatos de agricultores feirantes apontam a ocorrência de uma feira informal, mobilizada via *whatsapp*, que foi organizada pelos comerciantes nas madrugadas de sexta para sábado, nas imediações do mercado municipal. A feira aconteceu por pelo menos três finais de semana. No segundo final de semana, a Polícia militar, ao observar a movimentação, orientou os comerciantes a encerrar a atividade. No terceiro final de semana, a polícia atuou de maneira mais efetiva, ameaçou multar os veículos e, assim, aos poucos conseguiu dispersar os comerciantes.

Da parte da gestão municipal, além dos decretos de suspensão do funcionamento das feiras livres, veio a ideia de criar uma forma de comercialização dos produtos dos agricultores feirantes via plataforma *on-line*. A iniciativa foi denominada Feira da Agricultura Familiar Delivery e contou com a participação de entidades parceiras, sobretudo, da Associação Comercial (ACIPORT) e do Sebrae. A estratégia funcionou no primeiro ano da pandemia e envolveu agricultores feirantes das feiras livres do mercado municipal e da Feirinha da Semana. Contudo, os relatos dos agricultores apontaram para muitos desafios na venda on-line, desde a habilidade com a ferramenta digital (*smartphone* e outras), bem como o grande trabalho com a separação dos produtos e os custos de entrega. Assim, a estratégia não teve grande adesão pela maioria das agricultoras e agricultores. Pouco antes do fim da gestão, a plataforma foi desativada. Identificamos apenas uma família que passado o primeiro ano da pandemia se manteve ainda fazendo o *delivery*.

A reabertura das feiras livres, após o primeiro período de fechamento em 2020, veio após quase três meses, mas com várias restrições. Entre elas, para o mercado municipal, a definição de até 40 (quarenta) comerciantes por sábado apenas, único dia autorizado para o funcionamento do mercado (decreto municipal 1.463/maio de 2020). Quatro meses depois, um novo decreto (decreto municipal 1.464, de setembro de 2021) ampliou os dias de funcionamento do mercado, incluindo também os dias da semana, além de aumentar o número de comerciantes autorizados a trabalhar no mercado, de 40 para 80 comerciantes por dia. A prefeitura organizou um rodízio junto aos comerciantes de maneira que todos os 80 comerciantes passassem pelo menos um sábado no mercado, visto que esse é o dia de maior movimento.

Após esse primeiro período de fechamento, ainda no contexto da pandemia em 2020, com casos de COVID-19 em expansão na região, naquele momento, sem nenhuma informação segura em torno de vacinas contra a COVID-19, as feiras livres passaram a registrar um baixo número de consumidores e comerciantes. “Mesmo assim, depois de reaberto, o mercado não voltou ao que era, hoje a feira é muito pouquinha. As pessoas ainda têm medo de ir até o mercado”, afirma a agricultora feirante Maria, em entrevista realizada em agosto de 2021.

Os registros fotográficos apresentados abaixo são de outubro de 2019, portanto, antes da pandemia, e, de novembro de 2020, nove meses após a decretação do estado de pandemia em relação ao coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020. A comparação entre os registros fotográficos de 2019 ajuda na compreensão e permite a visualização de como eram os dias “normais” da feira antes do início da pandemia com o cenário em que se encontra os espaços de feira em novembro de 2020. Essa data marcava um momento de estabilidade no número de casos, período em que as feiras estavam reabertas, mas que revelaram ambientes fortemente impactados, quase que totalmente esvaziados, sobretudo, pelo receio da população em relação à contaminação. Vale lembrar que a vacina contra o vírus da COVID-19 só foi iniciada no Brasil em janeiro de 2021.







Figura 5 – Mosaico de fotos - Comparativo da presença de público em áreas do mercado (2019/2020).
Fonte: Autores - 2019/2020 - (Em cima, à esquerda - imagens de outubro de 2019 do público da banca da tapioca. Em cima, à direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2020; Logo abaixo, à esquerda - imagens de outubro de 2019, da ocupação de uma das áreas descobertas do mercado. À direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2020)

As imagens acima ainda permitem comparar ambientes do mercado municipal, os quais, antes da pandemia, apresentavam grande concentração de comerciantes e consumidores, a exemplo das bancas que servem comidas prontas e lanches (sucos, café, caldo de cana, tapioca etc.), que em novembro de 2020 apresentaram movimentação quase inexistente. As alterações provocadas pelas restrições no modo de interação entre consumidores/comerciantes e consumidores/espaço da feira também podem ter influenciado em um desestímulo do público em frequentar as feiras.

No ano de 2021, na segunda onda de pico de contaminação pela COVID-19 no Brasil, entre os meses de fevereiro e maio, o estado de Minas Gerais apresentou o segundo maior número de casos confirmados de contaminação pelo vírus no país. Em 07 de março, o alto número de casos levou o governo estadual a considerar todo o estado dentro da fase mais elevada de alerta do Plano Minas Consciente de contingência à transmissão da COVID-19, a “onda roxa”. Em Porteirinha, o Decreto Municipal nº 1.507, de 28/02/2021, já havia novamente proibido o funcionamento das feiras uma semana antes da inclusão da região no estágio mais elevado do Plano Minas Consciente. Em 15 de junho um novo decreto (decreto municipal, nº 1.536) permitiu a retomada do funcionamento das feiras, mas a partir de um protocolo rígido de prevenção à COVID-19. Para o mercado, foram estabelecidas medidas de controle para a entrada do público e distanciamento de $10m^2$ entre as pessoas. Mais tarde, em 08 de julho do mesmo ano, o distanciamento entre as pessoas presentes nas feiras ganhou uma pequena flexibilização com a definição do limite de uma pessoa a cada $4m^2$

(decreto nº 1.544). Desse modo, em 2021, os espaços de feiras dos municípios voltaram a estar fechados por mais três meses.

Entre as mudanças provocadas pelas decisões dos gestores municipais no tratamento dos espaços de feiras livres no município, seguramente está a alteração de hábitos alimentares e, de alguma maneira, uma maior limitação no acesso aos alimentos *in natura*. Isto porque, naquele período, o acesso a alimentos ficou restrito apenas àqueles produtos disponibilizados por supermercados e sacolões.

Com efeito, o fenômeno resultante da pandemia e com impacto direto nas feiras livres, aparecendo de modo recorrente nos relatos de agricultores e agricultoras feirantes, foi o aumento no número de pequenos sacolões informais nos diferentes bairros da cidade, bem como adequações nos supermercados, com a instalação de seções para comercializar produtos antes ofertados basicamente nas feiras livres.

> Amanhã você nos acompanha lá [na feira], você verá ali, no momento da abertura, os donos de sacolazinhos indo lá buscar produtos para vender no sacolão dele. Chega pega uns dez molhos de cebolinha, dez alfaces, cenoura, beterraba, pimentão. Faz uma feira de uns oitenta a cem reais para colocar lá no sacolão deles. É os atravessadores. Porque nas vilas, as pessoas para sobreviver resolveram colocar um ponto, um 'comercinho' para sobreviver. Cada vila colocou um (Entrevista com agricultor feirante Nassib, dezembro de 2021).

É o que também argumenta o agricultor feirante, Pedro, em entrevista. Segundo ele, os supermercados do município teriam se readequado para ofertar produtos de hortifrúti. Com a pandemia e o fechamento das feiras, esse tipo de estabelecimento passou a ofertar também esses produtos.

> É que quando fechou mesmo, fechou o mercado, as feiras. E os supermercados não fecharam. Então, o que é que eles fizeram? Eles investiram na venda de verduras e na parte de sacolão. Então o pessoal vai ao supermercado e encontra de tudo, então enfraquece a feira aqui (Entrevista com Pedro, Agricultor, dezembro de 2021).

As informações levantadas por este estudo no município de Porteirinha permitem avaliar que as decisões tomadas pelos gestores locais em relação à prevenção da COVID-19, no período entre março de 2020 e julho de 2021, no que tange ao funcionamento das feiras livres, seguramente provocaram forte alteração no dia a dia dessas praças de mercado a ponto de, mesmo no período de reabertura, facilmente ser observada uma redução expressiva no número de comerciantes e consumidores. A permanência de um baixo fluxo de consumidores nos ambientes de feiras comparativamente ao período anterior à pandemia, ainda que não conclusivamente, nos leva a compreender que o fechamento desses mercados alimentares tradicionais, em detrimento a outros estabelecimentos de serviço essenciais na comercialização de alimentos, forçou um conjunto de

mudanças nos hábitos da população local no que se refere ao acesso a alimentos (folhosas e hortifruti), bem como impactou diretamente a fonte de renda dos agricultores feirantes.

O conjunto dos relatos de entrevistados aponta para, pelo menos, nove fenômenos que podem ter contribuído para o enfraquecimento dos espaços de feiras livres no município, a saber: a) fechamento das feiras por tempo prolongado; b) perda/redução das áreas de cultivo e do volume de produção; c) adequação dos supermercados para a comercialização de hortifrúti e folhosas; d) ampliação no número de pontos comerciais ofertantes de hortifruti formais e informais nos bairros da cidade que passaram a ofertar produtos que antes eram acessados basicamente nas feiras; e) formação de novos hábitos de consumo de hortifrúti/folhosas na população local; f) adesão limitada de agricultores ao mercado digital; g) enfraquecimento do papel dos espaços de feira livre como centros de abastecimento; h) queda na renda dos comerciantes em feiras livres; i) risco de desmobilização das feiras existentes no município, sobretudo, a feirinha da semana.

“Como que uma COVID longa”: o efeito prolongado da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha

Tendo superado o período mais crítico de altas taxas de contaminação, internações hospitalares e mortes pela COVID-19 no Brasil, sobretudo a segunda e terceira onda da doença, entre os meses de novembro de 2020 e junho de 2022, observamos que, em Porteirinha, o movimento de esvaziamento dos espaços de feira livre apresentou uma pequena retração em relação ao início da segunda onda (novembro de 2020 a junho de 2021). Isto é, a partir do último trimestre de 2021 observou-se uma tímida retomada dos consumidores nos espaços de feiras livres no município. Não obstante a esse retorno, de acordo com entrevistas realizadas em novembro de 2022 e em fevereiro de 2023 com agricultoras e agricultores da feira do mercado e da Feirinha da Semana, o movimento de retomada não ganhou força e está longe de se aproximar do número de frequentadores e do volume de transações registradas nessas feiras no período pré-pandêmico. Isto é, como em um quadro de COVID longa, os efeitos da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha têm se prolongado. De tal modo, as feiras livres teriam deixado de ser os ambientes preferenciais para a população local para a compra de hortifruti/folhosas e outros produtos de origem agrícola.

E o quadro para a Feirinha da Semana é ainda mais preocupante, o que levantamos junto às agricultoras feirantes da Feirinha da Semana é o receio, em se mantendo a situação de baixo fluxo de consumidores e a desassistência pública ao espaço, em um cenário não muito distante de que ocorra uma desmobilização da iniciativa da feira. É verdade também que a feira do mercado municipal tem enfrentado o mesmo processo de esvaziamento de consumidores e comerciantes,

mas a avaliação é de que, pelo histórico de espaço tradicional de feira livre na cidade, com quase quarenta anos de existência, reconhecido pela população e turistas visitantes, bem como pela grande estrutura e a maior quantidade de feirantes, o fim da feira livre no espaço do mercado é dado como muito difícil. Já na feirinha da Semana, como citado, a avaliação realizada pelas feirantes que ali trabalham é outra.

Observamos, a partir dos relatos de entrevistados, que com o baixo fluxo de consumidores e a consequente queda nas vendas, estaria havendo um processo de abandono da feirinha por alguns feirantes, em um movimento de reocupação de pontos em áreas diversas do centro da cidade, onde há maior circulação de pessoas. Daí uma reclamação em relação à gestão municipal (2021/2024) que não tem como orientação a proibição do comércio informal nas ruas do centro da cidade. Isto é, o agricultor, e qualquer outro ambulante que quiser voltar a colocar sua banca em uma calçada qualquer do centro, não será incomodado pelos fiscais da prefeitura. Esse movimento pode responder à redução no número de bancas ocupadas no espaço da Feirinha que, na sua inauguração, que aconteceu no ano de 2018, possuía trinta e cinco feirantes e, atualmente, conta com menos da metade, quinze bancas.

A desmobilização dos espaços de feiras livres em Porteirinha é flagrante ao examinarmos as imagens registradas nessas praças de mercado a partir de um novo comparativo, agora, entre o ano de 2019 (que é o ano de referência, antes da pandemia) e o ano de 2022. As imagens registradas nas mesmas áreas do mercado no ano de 2019 e de 2022, transmitem uma ideia real da dimensão do prolongamento do efeito da pandemia com a redução do público da feira mesmo pouco mais de um ano de seu período mais crítico.







Figura 6 – Mosaico de fotos - Comparativo da presença de público em áreas do mercado (2019/2022)
Fonte: Autores - 2019/2022 - (Em cima, à esquerda - imagens de outubro de 2019, do público da banca da tapioca. Em cima, à direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2022; Logo abaixo, à esquerda - imagens de outubro de 2019, da ocupação de uma das áreas descobertas do mercado. E, à direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2022)

Em 2023, voltamos a entrevistar feirantes que conversamos em anos anteriores para ter uma atualização do quadro em que se encontram os espaços de feiras livres em relação aos anos iniciais da pandemia. O que se observamos é que os relatos não mudaram. Existe um evidente prolongamento dos efeitos desestruturantes da pandemia sobre os espaços de feira.

> Quanto ao mercado, infelizmente, não voltou ao que era (antes da pandemia). Eu acredito que hoje, o nosso mercado não tenha 50% do movimento que ele tinha antes da pandemia. Eu mesmo sou uma, que eu não parei com o delivery. E eu tenho freguês que falam que desde quando começou a pandemia eles não foram mais no mercado. Eles falam que o conforto de receber em casa é mais prático do que ir até o mercado. Então essa é uma das questões de o freguês não ir até o mercado (Entrevista com Mara, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

.

> Em relação à feirinha nós estamos um pouco tristes neste início de ano, agora de 2023. Porque a nossa Feirinha corre risco, sim, de acabar. Porque a feirinha está naquele mesmo movimento do ano passado. Então são as mesmas preocupações que nós estamos tendo. Nós estamos levando mesmo assim, bem, bem devagar. É de empurrão, porque nós, os feirantes que somos mesmo da zona rural, nós não desistimos porque é dali que a gente tira o sustento de todos os dias. Assim não tem como a gente abrir mão ou desistir. Mas alguns pararam de ir para Feirinha, outros foram para os pontos antigos das ruas. Mas nós não nos cansamos não (Entrevista com Tereza, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

> Para a Feirinha nossa ter um movimento maior nós precisamos de ter alguns projetos, nós precisamos de um apoio para que nossa feirinha seja reconhecida, porque no momento a feirinha nossa ela está tão fraca, tão fraca que tem lá ainda bancas atendendo deve ter de doze a quinze bancas, no máximo. Mas lá era umas trinta. E hoje te tiver quinze atendendo é o máximo. E não todos os dias (Entrevista com Don`Ana, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

As agricultoras e os agricultores feirantes que foram entrevistados, confirmam uma possível mudança de hábitos da população em ir buscar nos supermercados produtos que antes somente as feiras tinham como ofertante preferencial. Isto também porque, os supermercados, com a

pandemia e o fechamento das feiras, se adaptaram para ofertar os produtos que no período pré-pandêmico eram ofertados basicamente nas feiras livres.

> E outra, é o supermercado. Eles têm tudo, se você vai a um supermercado aqui em Porteirinha hoje você vai encontrar tudo ou talvez quase tudo que você encontraria na feira do mercado. E antes da pandemia aqui em Porteirinha não tinha isso. Eles [os supermercados] se adaptaram com a pandemia, eles adaptaram de verduras e frutas. E isso é uma coisa que atrai o freguês, porque aí você vai fazer uma viagem só, e você vai ter de tudo. (...) Então assim, eu acredito que por esse motivo o nosso mercadão lá não voltou ao que era antes. (...) Se você vai hoje na feira aqui, vai ver que está como se fosse na pandemia (Entrevista com Maria, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

> E minha preocupação maior é que está tendo uns comércios, principalmente, os supermercados. Eles estão tipo tomando a clientela, eles vão comerciando, fazendo propaganda, falando que tem isso, tem aquilo, que as coisas são baratas. Aí as pessoas não pensam no agricultor que trabalha, leva as coisas fresquinhas, bonitinhas, orgânicas, saudáveis, aí a tristeza nossa é por causa disso, os supermercados são enormes e grandes e vão fazendo propaganda. Nada contra os supermercados, às vezes a gente pode até entregar para eles quando a gente tem mercadorias sobrando, mas o importante que nós queria ter é um representante para não deixar o agricultor familiar acabar. E de ajudar nós crescermos. Você vê que o agricultor cada dia que passa ele está triste, porque a gente vê a necessidade [“utilidade”] dele acabando. Se leva um produto, o povo da cidade não está dando quase valor (Entrevista com Tereza, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

> As vendas caíram muito agora, tem que pensar que de primeiro [os sacolões e supermercados] não tinham o que a gente tinha, né? E hoje os comércios lá no centro todos têm verduras. Então as pessoas vão fazer a feira e já compram tudo lá [no supermercado ou sacolões]. Assim, [as vendas] caíram bastante (Entrevista com Glorinha, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Nestas entrevistas as agricultoras e agricultores entrevistados compreendem que é preciso ter empenho do poder público municipal para que os espaços de feiras voltem a ter maior movimento ou mesmo não venham a ser desmobilizados completamente a ponto de fechar as portas. Uma das agricultoras entrevistadas, aponta que o enfraquecimento das feiras está deixando as famílias dos agricultores desanimadas e entristecidas com o trabalho. Existe também um consenso de que é preciso realizar uma divulgação dos espaços de feiras livres para mobilizar e sensibilizar a população para retomar as compras nas feiras livres do município.

Com a queda nas vendas, outros problemas vão sobressaindo. Entre os relatos das mulheres feirantes da feirinha da semana, observamos reclamações sobre desentendimentos internos entre as próprias feirantes; questionamentos sobre umas bancas venderem mais do que outras, mudança de lugar da própria banca a fim de posicioná-la em pontos supostamente mais estratégicos, o que é uma curiosidade, visto que a organização atual das bancas é em formato circular desde o início da pandemia da COVID-19.

Considerações finais

A construção orientadora deste estudo, buscou trazer à tona o estabelecimento do quadro de ameaça que as feiras livres do município de Porteirinha se encontram atualmente, já que a causa dessa fragilidade tece conexões com os efeitos estruturais provocados pela pandemia da COVID-19, intensificados em um contexto histórico e político de desmonte de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar coordenado pelo governo federal, marcadamente, a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Fenômeno este que, à luz da referência empírica do município de Porteirinha, seguramente pode ser também uma realidade vivenciada em outros espaços de feiras livres da agricultura familiar Brasil afora.

Com efeito, esse quadro se tornou ainda mais dramático quando passou a imperar no governo brasileiro (Gestão Bolsonaro) o negacionismo e a inação para a coordenação federal de medidas que poderiam pôr frente ao controle da contaminação pelo vírus. O estudo, desse modo, explicita numa área específica, como as praças de mercado das feiras livres locais, um fenômeno que foi fortemente destacado no Relatório Final da CPI da PANDEMIA, realizada pelo Senado Federal, na área da saúde (BRASIL, 2021). Qual seja, a falta de uma coordenação em nível federal que orientasse medidas de mitigação das perdas com a pandemia.

No caso em análise, as feiras livres de Porteirinha, ficou evidenciado, a partir da avaliação dos decretos municipais, que nas decisões da gestão municipal imperaram hegemonicamente as propostas do campo sanitário. Hegemonia que já não é novidade no embate entre a regulação da produção/comercialização de alimentos versus uma noção bastante enviesada de segurança sanitária (CINTRÃO; DUPIN, 2020). Dito de outra maneira, os relatos de feirantes e, inclusive, de integrantes da gestão municipal, levam-nos à falta de sensibilidade de membros do campo sanitário para com os espaços de feiras livres que, quando comparados com outros estabelecimentos de prestação de serviços essenciais pela venda de alimentos como os supermercados e sacolões, foram submetidos à fechamentos prolongados e, estes, por sua vez, permaneceram em funcionamento.

A nosso juízo, à luz dos dados empíricos coletados a partir da escuta às agricultoras e agricultores feirantes e dos registros fotográficos realizados nos períodos pré-pandemia e pós picos da contaminação pelo vírus, o quadro de esvaziamento do público das feiras livres em Porteirinha, mesmo após os períodos mais críticos, tem relação direta com os efeitos dos períodos de fechamento estendido em que as feiras do município estiveram submetidas, sobretudo, no primeiro ano da pandemia. Observamos que acomodações no âmbito do acesso aos alimentos de hortifruti ocorridas no período de fechamento das feiras, contribuiu para um conjunto de mudanças na relação entre essas feiras e os espaços de mercados e a população local, mudanças essasque têm

contribuído para o fenômeno de enfraquecimento do papel referencial dessas praças de mercados como centros de abastecimento local para produtos de hortifruti.

Diante do cenário observado, entendemos que a reconstrução das políticas e programas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar existentes no Brasil no período imediatamente anterior ao *impeachment* da Presidenta Dilma, apresentam-se ainda mais urgentes no contexto em que as famílias agricultoras feirantes vivenciam neste momento. Conforme evidenciado nos relatos, os quais foram atualizados também neste ano de 2023, as feiras livres de Porteirinha e, certamente, de outros cantos do país, têm sofrido com os "efeitos prolongados" da pandemia da COVID-19.

Aqui é preciso deixar claro que a análise sobre os impactos do tempo estendido em que as feiras livres de Porteirinha estiveram fechadas, em nada comunga com as críticas realizadas pelo então presidente da república (Jair Bolsonaro) às medidas sanitárias instauradas por gestores locais na tentativa de combate ao vírus. Esse estudo concorda com o Relatório Final da CPI da Pandemia, o qual afirma que o governo Bolsonaro criminosamente criou as condições para provocar um dissenso na população brasileira em relação aos riscos da COVID-19 além de abrir mão de adotar um conjunto de ações para combater o vírus e manter o funcionamento seguro de diversos setores da sociedade, inclusive das feiras livres.

No conjunto, todos estes elementos demandam uma atuação ainda mais rápida da nova gestão federal, o terceiro Governo Lula, no sentido de promover ações que possam contribuir para "salvar" essas praças de mercados que historicamente contribuem para a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras, além de exercer contribuições efetivas nas dinâmicas de segurança alimentar e nutricional da população local. A recriação das institucionalidades federais de ação estatal no apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e à participação social nas políticas públicas (a ex.: da recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, retomada do Programa Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, recriação do CONSEA, CONDRAF) demonstram o compromisso do novo governo com a pauta.

Agradecimentos:

Esta pesquisa foi financiada com recursos oriundos do CNPq e da FAPEMIG em apoio aos estudos realizados pelo NEPRA.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura,* outubro de 2018, v. 26, n. 3, p. 561-583.

CINTRAO, R.; DUPIN, L. V. Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais. *Horizontes Antropológicos* (online), v. 26, p. 239-274, 2020.

DAYRELL, C. A. *De nativos e de caboclos:* Reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Tese (doutorado em Desenvolvimento Social). UNIMONTES/ PPGDS, Montes Claros 2019.

DAYRELL, C. A.; BARBOSA, R. S.; COSTA, J. B. A. Dinâmicas produtivas e territoriais no norte de minas: O lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. *CAMPO-TERRITÓRIO:* revista de geografia agrária, v. 12, n. 27, 2017. p. 128-151.

DE PAULA, A. M. N. R.; PIRES, M. C. C.; SOUZA, C. N. Metodologia e pesquisa no campo das migrações internas: um estudo sobre o processo migratório de norte mineiros. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 21, nº 1, 2019. pp. 6-30.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (Org.). Atlas da Questão Agrária Norte Mineira. 1. ed. São Paulo: Entremares, 2020. v. 1. 184p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *La Covid-19 y el acceso de los pequeños productores a los mercados*. Roma, 2020.

FÓRUM DSNM. *Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas*. Documento propositivo: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da crise desencadeada pela COVID-19. 2020. Disponível em: https://ufmg.br/storage/8/a/9/b/8a9bcad133ba1a917c29a2b982d3d57e_15872152337434_294611955.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

GARCIA PARPET, Marie France. Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo. *Sociologia & Antropologia.* Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v. 11, n.1 (jan.– abr. 2020) – Rio de Janeiro: PPGSA, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Terceiro Trimestre de 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

HEREDIA, B. M. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 517-544, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-2.

MINAS GERAIS. Secretarias de Estado de Saúde e de Desenvolvimento Econômico. *Plano Minas Consciente:* retomando a economia do jeito certo. Belo Horizonte, MG, 2020. Disponível em: https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa. Acesso em: 30 jun. 2021.

PALMEIRA, Moacir. "Feira e Mudança Econômica". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 1. January to June 2014. Brasília, ABA. Disponível em: http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/moacir-palmeira-feira-e-mudanca-economica/. Acesso em: 03 jul. 2018.

PIMENTA, D.N. *et al. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:* populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 159-170.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). *VIGISAN:* Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 20 jul. 2021.

RIBEIRO, E. M. *Do engenho à mesa:* Cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

BRASIL. *CPI da Pandemia: Relatório Final*. Senado Federal, 2021.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. *REFACS*, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Fábio Dias dos Santos. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ/CPDA. Doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, no CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/UNIMONTES), graduado em Ciências Sociais na mesma Universidade. Pós-Doutorando - 2024/2025, pelo PPGDS/UNIMONTES. Trabalha na área da Sociologia Rural e Ambiental, especialmente, na análise dos impactos das políticas de desenvolvimento rural e geração de renda para a agricultura familiar de base camponesa e povos e comunidades tradicionais. Entre os anos 2011 e 2016, atuou como assessor técnico do Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA, pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA NM, em diferentes Projetos de ATER (Assessoria Técnica e Extensão Rural) Atuou como Coordenador Institucional da UNICAFES MG - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia solidária de Minas Gerais, nesta instituição contribuiu na redação do Projeto de Lei N 5.374/2014, em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que propõe a implantação de políticas públicas para o cooperativismo na agricultura familiar e economia solidária. Atou como Pesquisador Bolsista - FAPEMIG no NEPRA-Unimontes. Atualmente, é pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA, vinculado ao PPGDS/UNIMONTES. https://orcid.org/0009-0002-6362-6222 Email: fabiods.consultor@gmail.com

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, (2007, Bolsa SEE-SP), Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013, Bolsa CNPq), Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2018, Bolsa CAPES) e Pós-Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (2019-2021). Também cursou as seguintes Especializações: Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais pela Universidade Federal de Lavras (2009) e em Docência no Ensino Superior - Centro Universitário Claretiano (2011). Professor do Departamento de Geociências - Centro de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e atua como Editor Chefe da Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade (ISSN: 2675-2395). Coordenou o Subprojeto de Geografia - Cinema, comunicação e regionalização - no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES (Edital 2018). Atualmente é o Coordenador Institucional do PIBID-CAPES Unimontes (Edital 2020). Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais, Regionais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2018, 2019, 2020 e 2021) e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). http://orcid.org/0000-0003-1010-501X. Email: gustavo.cepolini@unimontes.br

Ernandes Dayer Lopes de Barros Moreira Campos. Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Bolsista FAPEMIG no Projeto Atlas da Questão Agrária Norte Mineira. Também é Pesquisador, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias - NEPRA vinculado ao Departamento de Geografia da UNIMONTES. https://orcid.org/0009-0009-0720-7366. Email: ernandesdlbmc@gmail.com